



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
Parecer nº 2/2022 ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 001/2021

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Redação Final DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI/BA, através dos membros, apresenta em Plenário o parecer acerca do Projeto de Lei Complementar Nº 001/2021, de autoria do Poder Executivo que “altera artigos da Lei Complementar nº 008 de 21 de março de 2004, Lei municipal nº 009 de 21 e maio de 2004 e dá outras providências”, a partir das razões abaixo.

1. RELATÓRIO

O projeto de lei complementar nº 001/2021 já citado acima foi protocolado nesta Casa Legislativa no dia 13 de dezembro de 2021, lido em plenário na 28ª sessão ordinária e encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final através da CI nº 28 de 14 de dezembro de 2021 para exame da pertinência e constitucionalidade da proposta.

2. FUNDAMENTAÇÃO

A matéria em análise tramita nesta Casa Legislativa por iniciativa da mesa, sob a forma de projeto de lei complementar, **tendo por objetivo alterar disposições do magistério público municipal de Araci. Cumpre destacar que o projeto reorganiza os núcleos e as regionais escolares, bem como modifica os critérios para liberação de licenças para capacitação de servidores e servidoras.**

Fundamenta-se ao apreço da matéria no art. 30 inciso I da Constituição Federal que reproduzimos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (destaque nosso)

Quando nos debruçamos sobre o caso concreto, vê-se que o município é competente para legislar a respeito de alterações na carreira do magistério público porque a Lei Orgânica Municipal assim o orienta a fazer. Colacionamos abaixo o artigo 208 da LOM que reza:

Art. 208 - A lei do Estatuto do Magistério disciplinará as atividades dos profissionais do ensino.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

Dessa forma, temos que a competência legislativa para regular a matéria encontra-se em poder do município e que a exerce de maneira correta quando a chefe do Poder Executivo encaminha o projeto de lei complementar para apreço da Câmara Municipal.

Oportuno é o momento de se estabelecer que a Câmara Municipal e esta Comissão de Constituição e Justiça devem se manifestar a respeito do projeto porque esse é o mandamento da Lei Orgânica e do Regimento Interno como se vê:

Lei Orgânica Municipal –

“Art. 17 – **Cabe à Câmara**, com sanção do Prefeito, dispor e **legislar sobre** as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

IV - **assuntos de interesse local**; (*destaque nosso*)”

Regimento Interno –

Art. 39 - **Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:**

I – analisar e emitir parecer relativamente aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de técnica Legislativa de **todas as proposições**, salvo as exceções previstas no Regimento Interno desta Casa Legislativa, e elaborar a sua Redação Final; (*destaque nosso*)

3. ANÁLISE

Num primeiro momento cumpre-nos destacar que o papel da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final é analisar aspectos técnicos das propostas enviadas à Câmara, bem como sua adequação ao ordenamento jurídico vigente; essa análise de adequação passa minimamente pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Araci. Não é competência desta Comissão adentrar ao mérito das proposições, emitindo esse ou aquele juízo de valor – ressaltamos que se deve verificar apenas aspectos técnicos.

No tocante à competência do município para legislar sobre o assunto, a fundamentação deste parecer mostra que não se pode negar o acerto do Poder Executivo Municipal em propor este projeto de lei complementar. O projeto tem boa técnica legislativa e está alinhado às disposições constitucionais e regimentais; não carecendo de emendas por parte desta Comissão.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

4. VOTO

Diante do exposto acima, **opino pela aprovação e posterior prosseguimento** do Projeto de Lei Complementar Nº 001/2021, de autoria do Poder Executivo que “altera artigos da Lei Complementar nº 008 de 21 de março de 2004, Lei municipal nº 009 de 21 e maio de 2004 e dá outras providências”.

Em conclusão dos trabalhos, esse é o pronunciamento que deve submetido à consideração dos nobres pares. Sala das Comissões, Câmara Municipal de Araci. Araci/BA, 17 de março de 2022.

Leonardo Carvalho dos Reis – Relator



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ARACI

RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR

Parecer nº 2/2022 ao Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo nº 1/2021

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final opinou com o placar unânime pela e posterior prosseguimento do Projeto de Lei Complementar Nº 001/2021, de autoria do Poder Executivo que “altera artigos da Lei Complementar nº 008 de 21 de março de 2004, Lei municipal nº 009 de 21 e maio de 2004 e dá outras providências”.

Sala de Comissões, Câmara Municipal de Araci, 17 de março de 2022.

Valter Andrade de Oliveira – Presidente

Joselito José de Sousa – 3º Membro